

JESSIKA DAIANE ROSA DE JESUS

MARIA EDUARDA NUNES COELHO

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS APLICADOS NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS EM UMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE
JI-PARANÁ**

JI-PARANÁ

2023

**JESSIKA DAIANE ROSA DE JESUS
MARIA EDUARDA NUNES COELHO**

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS APLICADOS NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS EM UMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE
JI-PARANÁ**

Artigo Científico apresentado no Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas de Ji-paraná 2023, como requisito para obtenção do título de bacharel em ciências contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Elias Caetano da Silva.

**JI-PARANÁ - RO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

J58p	Jesus, Jessika Daiane Rosa de. Procedimentos contábeis aplicados no processo de prestação de contas em uma entidade do terceiro setor no município de Ji-Paraná. / Jessika Daiane Rosa de Jesus; Maria Eduarda Nunes Coelho. – Ji-Paraná, 2023. 28 p.; il. Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023. Orientador: Prof. Esp. Elias Caetano da Silva. 1. Contabilidade. 2. Procedimentos. 3. Terceiro Setor. 4. Prestação de Contas. 5. Padrão. 6. Legislação. I. Coelho, Maria Eduarda Nunes. II. Silva, Elias Caetano da. III. Título. CDU 657(811.1)
------	---

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ATA Nº 020/2023/2 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 2023, às 19:40 horas, reuniram-se em Banca, sob presidência do primeiro, o Professor Elias Caetano da Silva, Orientador, e os Professores: Danstin Nascimento Lima e Neivaldo Rodrigues dos Santos, avaliadores, para comporem Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso entitulado **"PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS APLICADOS NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM UMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO"**, de autoria das alunas **JÉSSICA DAIANE ROSA DE JESUS E MARIA EDUARDA NUNES COELHO**. Após arguições e apreciação sobre o trabalho, foi atribuída nota 85, considerando-se ~~X~~ **APROVADAS** - () **REPROVADAS**, com as seguintes NOTAS parciais:

- a. Avaliação escrita: Média 85
b. Avaliação oral (defesa): Média 85
c. Média final: 85

Ji-Paraná, 08 de dezembro 2023.

Jessika Daiane Rosa de Jesus
Jéssika Daiane Rosa de Jesus
Orientanda

Maria Eduarda Nunes Coelho
Maria Eduarda Nunes Coelho
Orientanda

Elias Caetano da Silva
Elias Caetano da Silva
Orientador

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS APLICADOS NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM UMA ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ¹

Jessika Daiane Rosa de Jesus²

Maria Eduarda Nunes Coelho³

RESUMO:

O artigo segue abordagem científica e busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema específico por meio da análise e compreensão de fontes relevantes e inspiradoras. O objetivo deste artigo é discutir os procedimentos das técnicas contábeis aplicadas no terceiro setor, buscando apresentar os desafios e soluções encontrados na elaboração e gestão da prestação de contas dessas organizações. Este artigo adota uma metodologia que visa garantir a confiabilidade e validade dos recursos obtidos. Serão abordadas as particularidades contábilísticas das entidades sem fins lucrativos, destacando as regras e legislação específicas que regem este setor. metodologia aplicada será de análise dos dados, sugerindo a com início a uma avaliação de dados coletados. A classificação da pesquisa será qualitativa, com o intuito de coletar informações detalhadas e aprofundadas que serão utilizadas para o planejamento e elaboração de um manual de prestação de contas padrão para entidades do terceiro setor. Posteriormente os dados são interpretados e analisados com o objetivo de constatar padrões, tendências e relações entre as variáveis. A pesquisa adotou o método Bibliográfica, pois o intuito é elaborar o manual direcionado a auxiliar as entidades do terceiro setor. A implementação deste manual sinaliza o comprometimento com a melhoria contínua da governança no terceiro setor, promovendo a confiança e fortalecendo a capacidade da entidade de cumprir sua missão de impactar positivamente a sociedade. De forma que o manual de Prestação de Contas para o Terceiro Setor, não apenas representa um guia teórico, mas como uma ferramenta prática e aplicável. Assim, conclui-se que o manual promove a transparência, eficiência e responsabilidade na gestão financeira das organizações sem fins lucrativos. Em síntese, a esse artigo sobre a prestação de contas no terceiro setor revelou a importância crítica deste procedimento para as organizações sem fins lucrativos.

Palavras-chave: Contabilidade, Procedimentos, Terceiro Setor, Prestação de Contas, Padrão, Legislação.

ACCOUNTING PROCEDURES APPLIED IN THE ACCOUNTABILITY PROCESS IN A THIRD SECTOR ENTITY IN THE MUNICIPALITY OF JI-PARANÁ

ABSTRACT:

The article follows a scientific approach and seeks to contribute to the advancement of knowledge on the specific topic through the analysis and understanding of relevant and inspiring sources. The objective of this article is to discuss the procedures of accounting techniques applied in the third sector, seeking to present the challenges and solutions found in the preparation and management of the

¹ Artigo apresentado no curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitários São Lucas Ji-Paraná, como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação da Profª Elias Caetano da Silva.. E-mail:ecae2012@gmail.com

² Jessika Daiane Rosa de Jesus, graduanda em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023. E-mail:jessikadaianeadm@outlook.com.br

³ Maria Eduarda Nunes Coelho, graduanda em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023 E-mail:nunesmariaeduarda809@gmail.com

accountability of these organizations. This article adopts a robust methodology that aims to guarantee the reliability and validity of the resources obtained. The accounting particularities of non-profit entities will be addressed, highlighting the specific rules and legislation that govern this sector. The methodology applied will be data analysis, suggesting the beginning of an evaluation of collected data, organizing and classifying. The classification of the research will be qualitative, with the aim of collecting detailed and in-depth information that will be used for planning and preparing a standard accountability manual for third sector entities. Subsequently, the data is interpreted and analyzed with the aim of identifying patterns, trends and relationships between variables. The research adopted the Bibliographic method, as the aim is to prepare the manual aimed at helping third sector entities. The implementation of this manual signals the commitment to the continuous improvement of governance in the third sector, promoting investor confidence and strengthening the entity's ability to fulfill its mission of positively impacting society. Therefore, the Third Sector Accountability manual not only represents a theoretical guide, but also a practical and applicable tool. Therefore, it is concluded that the manual promotes transparency, efficiency and responsibility in the financial management of non-profit organizations. In summary, this project on accountability in the third sector revealed the critical importance of this procedure for non-profit organizations.

Keywords: Accounting, Procedures, Third Sector, Accountability, Standards, Legislation.

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor refere-se a organizações sem fins lucrativos e não governamentais sendo responsável por realizar ações voltadas para o bem-estar, e promover o bem comum, causas sociais, culturais, ambientais, entre outras, que não são executadas pelo setor público ou privado. É necessário, portanto, que haja uma gestão eficiente dessas entidades, com a aplicação de técnicas contábeis adequadas e precisas.

O conceito de terceiro setor engloba organizações sem fins lucrativos e independentes do governo, que têm como finalidade promover o bem-estar e o bem comum por meio de ações sociais, culturais, ambientais, entre outras, não realizadas pelo setor público ou privado.

Serão abordadas as particularidades contábeis das entidades sem fins lucrativos, destacando as normas e legislações específicas que regem esse setor. Pretende-se, assim, contribuir para o entendimento e aprimoramento da contabilidade aplicada ao terceiro setor, visando uma gestão mais eficiente e transparente dessa entidade.

Tendo em vista que a falta do manual de prestação de contas, falta de orientações claras e padronizadas sobre como as organizações devem apresentar seus relatórios financeiros e operacionais sobre a prestação de contas, dificultando assim a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos recebidos. Em

suma, a elaboração do manual estruturado com técnicas contábeis poderá auxiliar as entidades de terceiro setor no procedimento de prestação de contas?

Em busca da solução para o problema inserido é proposto a hipótese de modo que não é a solução definitiva, mas levanta-se a elaboração do manual que tem o propósito de auxiliar a instituição, então é testada a fim de verificar se dá se por verdadeira ou falsa.

Em virtude da hipótese levantada, propõem-se o objetivo geral desta pesquisa a confecção de um manual com fundamentações contábeis para aprimorar a elaboração da prestação de contas nas entidades do terceiro setor.

E tendo como objetivos específicos verificação sobre as metodologias, se a entidade possui contabilidade disposta para fim de registro das técnicas contábeis. Avaliar os diferentes modelos de relatórios empregados na execução da prestação de contas dos recursos recebidos pela entidade. Analisar os procedimentos relativos ao registro das transações que impactam o patrimônio.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO E SEUS SEGMENTOS

O Estado pode ser definido como uma organização política soberana que exerce autoridade legal sobre um determinado território e sua população, exercendo funções governamentais e administrativas. Ele possui um conjunto de instituições e leis que visam garantir a ordem e o bem-estar social.

O Estado tem diferentes formas e significados, ele é visto como um conjunto de regras, para Cunha (2018, p.32). "E nisso vai toda a diferença. O Estado pode ser entidade dita "soberana", pode ser "aparelho", "burocracia", mas é também encarnação e rosto do poder que manda. Todos os sentidos são importantes, não podemos limitar-nos a um único."

Para o autor, o Estado é visto como uma encarnação e rosto, pois o Estado possui o poder de mandar e cuidar do povo, Estado é visto como uma figura de autoridade.

Como apresentado foi discutido a fala de dois autores, ambos apresentam que o Estado é um conjunto de regras e o poder que manda, mas para Costin o Estado nem sempre existiu e está separado da sociedade, enquanto para Cunha o Estado é um só.

Na ciência política, o Estado é considerado o principal ator político e é estudado sob diversas abordagens teóricas, como o liberalismo, o marxismo e o neo-institucionalismo. Além disso, o Estado está intrinsecamente relacionado com a ideia de poder, uma vez que exerce o monopólio legítimo da força no território em que atua. Segundo Costin (2010, p.1).

“O Estado é o conjunto de regras, pessoas e organizações que se separam da sociedade para organizá-la. Essa visão parte do pressuposto de que o Estado nem sempre existiu, mesmo que alguma forma de organização da sociedade exista até em comunidades primitivas, como as de povos indígenas, em que as funções de organização da vida em sociedade são exercidas por Conselhos de Anciãos, pelo pajé e pelo cacique”.

Nesse sentido, o autor destacou a importância do Estado como instituição que tem por missão, além de assegurar os direitos e liberdades individuais dos cidadãos, assegurar o bem-estar social por meio da promoção da ordem e da estabilidade. Apresenta uma discussão aprofundada sobre o desenvolvimento histórico do conceito de Estado, que assumiu diferentes formas ao longo do tempo, de acordo com as demandas e necessidades das sociedades em diferentes momentos.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De forma condensada a prestação de contas pode ser deferida de maneira de demonstração do que foi realizado com recurso público, que fora concedido a entidade do terceiro setor. No setor público o intuito da realização, é a garantia da transparência potencializando uma visão estratégica em curto, longo e médio prazo. Segundo Costin (2010, p. 2).

“A Administração Pública pode ser definida “objetivamente”, segundo Alexandre Moraes (2003, p. 310), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar interesses coletivos” como saúde, educação ou proteção à infância e, “subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”.

Como exposto pelo autor, a Administração Pública faz parte do Estado para poder satisfazer as necessidades do povo e o objetivo dela é defender o interesse do povo. De acordo com a Constituição, a administração pública pode ser direta ou indireta.

A administração direta compreende os serviços prestados pelas estruturas administrativas do Presidente da República e do Ministério (no caso do executivo federal). Portanto abarca entidades autorizadas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, as quais desempenham as incumbências que lhes foram confiadas por meio de delegação de competências ou atribuições específicas. Segundo PALUDO (2010 Pg. 21).

O termo administração é utilizado tanto para designar funções de planejamento e direção, como para designar as atividades de execução. O administrador, por sua vez, é o profissional (agente público) que atua nas organizações e exerce as funções de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar.

O autor descreve a administração como planejamento de direção quanto às atividades de execução. O planejamento define as metas e a formulação de estratégias para alcançá-las, e a direção sendo responsável por orientar e motivar a equipe. Portanto, a administração e o papel do administrador têm um papel fundamental na gestão organizacional.

Diante das afirmações dos autores, Paludo traz o enfoque na administração e no administrador nas organizações, enquanto Costin apresenta a administração e o Estado, de modo que a atividade realizada pelo Estado a fim da garantia de interesses coletivos, que vai de congregação com artigo proposto.

2.2 Contabilidade

A contabilidade registra e interpreta transações financeiras de uma entidade, desempenhando um papel fundamental na tomada de decisões e no monitoramento da saúde financeira de uma empresa. Seu surgimento, embora não totalmente datado, teve suas primeiras práticas na Itália nos séculos XII e XIV, destacando-se a partir do método de escrituração por partidas dobradas.

A contabilidade, com mais de 2 mil anos de existência, aprimora continuamente seus métodos, regulamentados por leis. De acordo com DECRETO-LEI Nº 9.295, de 27 de maio de 1946, cria o Conselho Federal de Contabilidade no Brasil, conforme o Art. 1º, " Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade", enfatizando a importância do conselho para regular a prática contábil no país.

No termo referido a contabilidade conceitua que é uma ciência que estuda, interpreta e registra os fatos que modificam o patrimônio das entidades. Sendo uma das primeiras profissões a existir no mundo contemporâneo e veio se adaptando aos dias atuais de acordo com Marion (2022), “A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

Desta forma ela é indispensável para as entidades pois auxilia nas tomadas de decisões de forma tempestiva, ela ressalta o papel crucial da contabilidade como um sistema que não apenas registra eventos financeiros, mas também fornece dados valiosos que orientam e embasam as decisões estratégicas.

2.2.1 Contabilidade pública

De forma que a contabilidade pública é regida por normas e princípios contábeis, essas normas determinam os tipos de registros e demonstrações que devem ser elaborados, além das regras para apresentação e divulgação dessas informações.

Seu principal objetivo é fornecer informações transparentes, confiáveis e compreensíveis sobre como o dinheiro público é arrecadado e utilizado, contribuindo para a prestação de contas e a transparência na administração pública. Ela lida com entidades governamentais, como órgãos públicos, autarquias, empresas estatais, fundações públicas, entre outras. Segundo Kohama (2016, p. 25)

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o Sistema Contábil Público.

Deste modo fica evidente que o autor ressalta a complexidade da natureza contábil no contexto das entidades públicas, que é influenciada por uma série de fatores que impactam as finanças e o patrimônio, tais como a coleta de impostos, a realização de projetos de infraestrutura, e a quitação de serviços fornecidos, dentre outras questões.

Tendo em vista a eficácia qualitativa dos estudos produzidos pelos autores, o estudo elaborado neste artigo é voltado ao terceiro setor, o estudo apresentado por

Gama, é o que se ajusta ao tema proposto, de forma que traz a função social da contabilidade juntamente com a administração pública, enquanto Kohama traz a complexidade da contabilidade aplicada na administração pública.

2.2.1.1 Normas

A Resolução CFC 1.328/11 estabelece a estrutura conceitual para a elaboração e divulgação das páginas contábeis no Brasil. Essa estrutura fornece um conjunto de conceitos básicos que orientam a contabilidade no registro, mensuração, apresentação e divulgação das informações financeiras de uma entidade. .

Este alinhamento é fundamental para assegurar a convergência e a harmonização das práticas contábeis no cenário global. Essas normas englobam não apenas os textos normativos em si, mas também incorporam interpretações técnicas e comunicados técnicos, enriquecendo o arcabouço regulatório e oferecendo orientações adicionais para a aplicação prática das diretrizes contábeis.

A existência dessa estrutura conceitual é de suma importância, desempenhando um papel crucial ao garantir a uniformidade, transparência e comparabilidade das demonstrações contábeis.

Essa abordagem contribui significativamente para fortalecer a confiabilidade e utilidade das informações contábeis dentro do contexto brasileiro, promovendo uma base sólida e consistente para a interpretação e análise das atividades financeiras das entidades.

Essa abordagem integrada visa promover a consistência, transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, contribuindo para a confiabilidade e credibilidade das informações contábeis tanto em âmbito nacional quanto internacional. Conforme dispõe a Resolução no Art. 1º Caput.

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilos utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os comunicados técnicos.

Diante do exposto, a estrutura conceitual estabelece os atributos qualitativos das informações contábeis, como a fidedignidade e a confiabilidade. A fidedignidade refere-se à capacidade de as informações influenciarem as decisões dos usuários,

enquanto a confiabilidade diz respeito à verificabilidade, imparcialidade e representação fiel das transações e eventos contábeis.

A Norma Brasileira de Contabilidade que rege o setor público é a NBC TSP é um conjunto de diretrizes e procedimentos contábeis que regulamentam a contabilidade no setor público no Brasil. Essas normas são asseguradas pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC) e tem o intuito de promover a uniformidade, transparência e a qualidade das informações contábeis nas entidades públicas. Conforme disposto na Resolução CFC 1.328/11 no Art.04 incisos II

são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais.

A legitimação da norma pública brasileira de contabilidade contribui para melhoria da gestão financeira e patrimonial das entidades públicas, auxiliando na tomada de decisões e fortalecendo a prestação de contas aos cidadãos e aos demais interessados. Promovendo a transparência, eficiência e a responsabilidade na administração dos recursos públicos.

Portanto a NBC TSP é atualizada periodicamente para acompanhar as mudanças nas práticas contábeis e as necessidades do setor público, e está alinhada com as Normas internacionais de contabilidade do setor público, buscando a convergência internacional e facilitando a comparabilidade das informações contábeis em outros países.

A lei 4.320 é a lei que rege a contabilidade pública, e um conjunto de normas que regulamenta o controle financeiro e orçamentário dos órgãos públicos no Brasil. Conforme dispõe o Art. 61º Caput: “Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho que indicará o nome do credor, a representação da importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.”

Segundo a lei, o órgão público tem a obrigação de apresentar a prestação de contas no término do exercício financeiro, sobre a execução orçamentária e financeira do ano anterior.

Devendo ser feita de forma clara e transparente apresentando todas as receitas e todas as despesas do órgão ao longo do ano, bem como eventuais sobras ou projetos executados. Considerável que a prestação de contas é um instrumento de

verificação da sociedade sobre a gestão pública e por isso, tem um papel fundamental na garantia da transparência.

A Lei 9.790 de março de 1999 dispõe sobre pessoas jurídicas sem fins lucrativos, ela estabelece regras e condições para o funcionamento e a atuação das organizações da sociedade civil, como ONGs e associações. Ela estabelece regras para a prestação de contas e a transparência das atividades das organizações da sociedade civil, no Art. 1º, parágrafo 1º define quem são essas pessoas jurídicas;

“Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.”

Conforme disposto acima, pessoas jurídicas sem fins lucrativos são aquelas que não dividem seus valores líquidos entre terceiros, e sim aplicam para o uso próprio como objetivo social.

A qualificação das organizações das sociedades civis de interesse público, tem por si objetivos sociais e normas que regulamentam as entidades que atuam e classificam.

A lei que rege a prestação de contas no terceiro setor é a Lei 13.019/14, ela estabelece um novo regime jurídico de normas a ser seguido para fim de evidenciar as aplicações dos recursos disponibilizados a partir da regulamentação das entidades.

Esta lei trouxe mudanças significativas na relação entre o poder público e as organizações da sociedade civil, buscando garantir maior transparência, eficiência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos destinados as Organizações da Sociedade Civil. Conforme dispõe o Caput da Lei no Art. 59º.

“A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil”.

De acordo com a lei, trata -se de uma disposição legal que estabelece a obrigatoriedade na transparência na execução das parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Desta forma visando garantir o controle social das atividades realizadas com recursos públicos, contribuindo para efetividade e eficiência da gestão pública, e fortalecendo a democracia e cidadania, e da participação social, devendo ser promovida de forma contínua e aprimorando-se ao longo do tempo.

2.2.1.1.1 Análise das demonstrações contábeis

No decorrer da análise das demonstrações contábeis, destaca-se como uma técnica contábil para avaliar o desempenho financeiro de uma empresa por meio da interpretação crítica de seus dados. Essa avaliação proporciona uma compreensão aprofundada da saúde financeira e da performance econômica da organização. Segundo Martins (2020, p. 05).

A análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de gerar informações úteis à tomada de decisões dos diversos usuários das informações contábeis, a fim de verificar se a empresa merece crédito, se é solvente, se é rentável, entre outras razões'.

Como exposto, a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de gerar informações úteis, a formulação de um manual revela-se instrumental na prestação de contas, proporcionando dados pertinentes e oportunos ao responsável do terceiro setor durante o processo de prestação de contas.

Para a interpretação adequada dos dados contidos nas demonstrações contábeis é necessário seguir alguns tópicos. Site Gov. disponibiliza um artigo escrito por Pereira (2018, pa.14) que possui um relatório onde expõe tópicos para seguir:

Análise do relatório (parecer) do auditor; Conhecer o negócio da empresa e os fundamentos contábeis que utiliza; Saber que só há de fato dois objetivos na análise (liquidez e rentabilidade); Cuidado com os problemas de relações entre grandezas e earnings management (gerenciamento de resultados); Analisar a liquidez e; Analisar a rentabilidade.

O contador responsável pela empresa deve seguir os tópicos expostos para que haja clareza nas informações contábeis apresentadas nos relatórios financeiros. De modo coerente as demonstrações contábeis são uma ferramenta essencial para entender a situação financeira e patrimonial de uma empresa.

E atua como instrumento que auxilia na tomada de decisões, por meio da geração de informações úteis e confiáveis, que possibilita a análise da saúde financeira da organização.

De forma que as justificativas devem ser realizadas com base em dados comparáveis e consistentes, e levando em consideração o cenário econômico e setorial em que a organização se encontra. Portanto as análises devem ser realizadas de forma ética e imparcial, com busca na objetividade e na precisão dos dados.

2.3 Prestação de Contas

A prestação de contas tem como principal finalidade oferecer informações claras e compreensivas para manter a confiança e a transparência entre as partes, pois ela tem um processo fundamental de entregar para os órgãos públicos informações financeiras, operacionais e de desempenho para demonstrar como os recursos foram utilizados e qual foi o impacto das ações.

Em 2020 por intermédio do Tribunal de Contas da União (TCU), foi promulgada uma nova Instrução Normativa que versa sobre a relevância do processo de prestação de contas nos órgãos públicos. Esta reforça a importância do processo de prestação de contas nos órgãos públicos, evidenciando a necessidade de transparência e responsabilidade na gestão dos recursos

Esta diretriz está documentada na Instrução Normativa TCU 84, datada de 22 de abril de 2020, a qual revoga as disposições estabelecidas nas normativas anteriores, nomeadamente a TCU 63, de 1 de setembro de 2010, e a TCU 72, de 15 de maio de 2013. no Art. 3º da TCU 84/20 diz que:

A prestação de contas tem como finalidade demonstrar, de forma clara e objetiva, a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais para atender às necessidades de informação dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle para fins de transparência, responsabilização e tomada de decisão.

Como exposto, a prestação de contas tem a finalidade de apresentar a regularidade da aplicação dos recursos disponibilizados de maneira clara e objetiva a correta utilização dos recursos, atendendo a necessidade de informação de seus usuários.

Como exposto a prestação de contas possui a finalidade de apresentar procedimentos internos que asseguram a conformidade legal e ética da gestão dos recursos recebidos, desta forma é possível prevenir a ocorrência de desvios e fraudes, garantindo a credibilidade da instituição.

2.3.1 Procedimentos de técnicas contábeis aplicadas no terceiro setor

Procedimentos de técnicas contábeis aplicadas no terceiro setor ratifica apresentar o método utilizado nessa pesquisa para resolver o problema apresentado. Através de encontros a dificuldade da entidade na execução da prestação de contas, era pela falta de normas e padrões. Foi apontado a criação do manual para auxílio na prestação de contas, seria uma solução viável para a instituição, segundo o site conceitos a definição de manual é:

Outro tipo de manual muito comum e que tem um significado especial nas unidades administrativas das organizações é conhecido como Manual de Procedimento. Este manual é um documento que contém a descrição das atividades e como devem ser realizadas as funções nas unidades administrativas ou em várias delas. <https://conceitos.com/manual/> Acesso em 27/04/2023.

Como exposto, manual é utilizado para descrever atividades e como elas devem ser realizadas. Através dessa informação será realizado a criação de um manual para auxiliar a execução da prestação de contas, para que a instituição do terceiro setor seja capaz de executar a prestação de contas sem dificuldade. Conforme Monumenta Revista Científica Multidisciplinar Quirino, F. M. & Alves, S. S. (2023).

A contabilidade auxilia na administração das entidades, possibilitando tomar melhores decisões em relação ao futuro das mesmas, pois é mensurado todos os dados financeiros, como a receita, as despesas, os custos, a lucratividade, além de analisá-los e informar a situação para o responsável da corporação.

Diante das afirmações dos autores, destaca-se o papel crucial da contabilidade como ferramenta na administração das entidades, fornecendo informações qualitativas e quantitativas. Através desses dados, os gestores têm acesso a indicadores financeiros. Permitindo a gestão eficaz dos recursos financeiros, avaliações de desenvolvimentos econômicos, tomadas de decisões estratégicas com

base nas informações confiáveis e relevantes.

Em suma, conforme Quirino & Alves, destaca-se a importância da contabilidade nas organizações na qualidade das informações para tomada de decisão. Já de acordo com a Editora Conceito vem de encontro com conceito desse artigo que é a confecção do manual de prestação de contas.

Desta forma a Editora trata o manual como um papel fundamental na padronização e organização das atividades administrativas, e no aprimoramento contínuo das atividades administrativas.

3 METODOLOGIA

O projeto adota uma metodologia e utiliza métodos e técnicas estabelecidos para alcançar seus objetivos. Essa abordagem metodológica tem como objetivo garantir a confiabilidade e a validade dos resultados obtidos.

Quanto à metodologia aplicada será de análise dos dados, com início a uma avaliação de dados coletados. Posteriormente os dados são interpretados e analisados com o objetivo de constatar padrões, tendências e relações entre as variáveis. Para Gil 2022, p.56 "Análise dos dados: envolvem a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para a análise quantitativa. ex: testes de correlação quanto a qualitativa p. ex: análise do conteúdo, análise de discurso)."

A exploração de caminhos inovadores permite que a pesquisa vá além do convencional, buscando abordagens criativas e originais para investigar o problema em questão. Essa abordagem pode levar a descobertas e fornecer resultados encorajadores.

Assim, a metodologia adotada neste trabalho combina rigidez metodológica e abertura para a inovação, permitindo a obtenção de resultados promissores e contribuindo para o avanço do conhecimento na área de estudo.

3.1 ÁREA DE PESQUISA

A contabilidade é classificada como uma área pertencente às ciências sociais aplicadas, com evidência na contabilidade financeira, fiscal e gerencial, é uma Ciência onde o enfoque é em registrar, classificar, analisar e interpretar as movimentações

financeiras. Sendo essa a proposta do projeto científico, o qual trata sobre prestação de contas no terceiro setor.

Para Gil (2022, p 40) "As pesquisas podem ser classificadas segundo a área de conhecimento". Deste modo o autor traz área de estudo a ser pesquisado de forma que fique evidente os pontos que devem ser melhorados.

Nessa área de pesquisa, são estudados temas como as melhores práticas na elaboração de relatórios financeiros, as exigências legais e normativas aplicáveis na prestação de contas no terceiro setor, a transparência na gestão de recursos e os mecanismos de controle interno na elaboração dos relatórios financeiros.

Além disso, o estudo sobre a prestação de contas afeta a captação de recursos para as organizações e quais são as estratégias mais eficazes para comunicar os resultados alcançados com o uso dos recursos.

O objetivo é fornecer informações úteis para que as organizações possam criar relatórios financeiros claros e transparentes, garantindo a confiança dos doadores e a sustentabilidade de suas atividades.

3.1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Acerca desta pesquisa científica, classifica-se como exploratória, pois conforme salientado a entidade passa por percalços por não ter um padrão, para realizar acerrimamente os procedimentos contábeis, com a realização da prestação de contas. Pois conforme Gil 2022, "Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador maior familiaridade com o problema o tornando compreensível."

Deste modo o autor evidencia que ao explorar o problema por meio de uma pesquisa detalhada e imersiva, pode-se obter um resultado mais abrangente e complexo sobre as nuances e as características do problema investigado.

Isso ocorre porque essa abordagem permite uma análise minuciosa das diferentes perspectivas, contextos e variáveis envolvidas, favorecendo uma compreensão mais completa do problema.

Neste aspecto evidenciamos que a confecção do manual de prestação de contas trata a imparcialidade nas informações, de forma que sigam um padrão. E terá como objetivo primordial assegurar a imparcialidade das informações apresentadas, garantindo que sigam um padrão consistente e confiável. A imparcialidade refere-se à objetividade e imparcialidade na apresentação das informações contidas no manual.

Isso significa que o manual deve fornecer orientações claras, precisas e imparciais, sem viés.

Isso contribuirá para a confiabilidade e a transparência dos processos contábeis no terceiro setor, promovendo a credibilidade das organizações e a confiança dos envolvidos. Por isso, o cuidado e a atenção a esses processos são essenciais para o bom funcionamento e o sucesso das entidades do terceiro setor.

3.1.2 Quanto ao Problema:

A abordagem de pesquisa adotada para lidar com o problema da classificação da pesquisa será qualitativa, com o intuito de coletar informações detalhadas e aprofundadas que serão utilizadas para o planejamento e elaboração de um manual de prestação de contas padrão para entidades do terceiro setor.

A metodologia empregada será a análise de dados, envolvendo a etapa inicial de avaliação dos dados coletados, seguida pela organização e classificação dos mesmos. Para Gil (2019, p.162) "Análise dos dados: envolvem a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para a análise quantitativa p. ex: testes de correlação) quanto a qualitativa p. ex: análise do conteúdo, análise de discurso"

Com isso Gil destaca que a análise dos dados compreende a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para a análise quantitativa, como os testes de correlação, que visam identificar relações estatísticas entre variáveis, quanto para a análise qualitativa, que envolve técnicas como a análise do conteúdo e a análise de discurso.

A análise quantitativa busca quantificar e mensurar as relações entre variáveis por meio de métodos estatísticos, enquanto a análise qualitativa busca compreender o significado e a interpretação dos dados, explorando o contexto, as narrativas e as percepções dos participantes. Essas abordagens complementares proporcionam uma compreensão abrangente e aprofundada dos dados coletados.

3.1.3 Quanto aos Objetivos:

O objetivo da pesquisa é exploratório, pois irá realizar um levantamento abrangente da coleta de informações relacionadas à execução da prestação de contas no terceiro setor, com foco nos procedimentos contábeis realizados por essas organizações. Nesse contexto, a pesquisa busca reunir informações relevantes e

detalhadas sobre os processos contábeis adotados pelo terceiro setor, a fim de obter uma compreensão abrangente e aprofundada desses procedimentos.

Isso inclui a identificação e a análise dos diferentes elementos envolvidos na prestação de contas, como registros financeiros, classificação de receitas e despesas, contas bancárias específicas, bem como a elaboração de relatórios financeiros, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e o fluxo de caixa.

Ao coletar essas informações, a pesquisa busca fornecer subsídios e orientações para auxiliar o terceiro setor na execução eficiente e eficaz da prestação de contas. Além disso, o objetivo é identificar boas práticas e possíveis desafios enfrentados nesse contexto, contribuindo para o desenvolvimento de um manual de prestação de contas padronizado e útil para as organizações do terceiro setor.

O projeto busca fornecer uma base sólida de informações e conhecimentos que possam melhorar os processos contábeis e a prestação de contas no terceiro setor. De acordo com Gil (2019, p.164) "O texto deve ter uma linguagem direta evitando-se que a sequência seja desviada com considerações irrelevantes.

A argumentação deve se apoiar em dados e provas, não em considerações e opiniões pessoais". Deste modo enfatiza que a linguagem deve ser direta e evitando considerações irrelevantes de forma que a objetividade sobreponha as argumentações, e devem ser embasadas em fatos e evidências.

Com isso, Gil enfatiza que a argumentação em dados e provas reforça a credibilidade e a robustez das informações fornecidas, contribuindo para a validade e a confiabilidade do estudo que está sendo levantado.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A pesquisa adota o método Bibliográfica, segundo Gil (2022, p.44) "A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. " A pesquisa tem como finalidade elaborar um Manual que será direcionado diretamente para instituição do terceiro setor, com intuito de auxiliar o até a elaboração e entrega da prestação de contas. A implementação do manual de prestação de contas, que contém diretrizes claras e abrangentes, pode ser uma solução promissora para estabelecer um padrão nesse contexto.

3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

Durante a entrevista realizada com a gestão do terceiro setor, foi destacada a dificuldade em manter um padrão consistente para a prestação de contas. Em busca de uma solução para essa questão, a discussão girou em torno da possibilidade de adotar um manual de prestação de contas como meio de estabelecer um padrão unificado.

O manual poderia abranger aspectos como a estrutura e o formato dos relatórios financeiros, os princípios contábeis a serem seguidos, e os requisitos de divulgação das informações.

Além disso, é fundamental envolver os diversos atores do terceiro setor, como as próprias organizações, os doadores e os órgãos reguladores, na elaboração e revisão do manual de prestação de contas. Dessa forma, será possível garantir que as necessidades e perspectivas de todas as partes sejam consideradas, promovendo uma adoção mais ampla e efetiva do manual proposto.

Em suma, a implementação de um manual de prestação de contas pode ser uma solução viável para estabelecer um padrão consistente no terceiro setor. Essa abordagem busca promover a transparência, a confiabilidade e a comparabilidade das informações financeiras, contribuindo para a eficácia e o fortalecimento das organizações sem fins lucrativos.

4 PROCEDIMENTOS INICIAIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O estudo teve seu início ancorado em uma abordagem ampla e cuidadosa da literatura disponível, visando estabelecer as bases para a estruturação do manual em questão. A revisão de manuais similares permitiu identificar as melhores práticas e orientações, proporcionando uma visão abrangente sobre o tema em análise.

Diante do problema e do objetivo exposto, tem como resultado a elaboração do manual, o objetivo do manual é fornecer orientações sobre o procedimento de prestação de contas para organizações do terceiro setor.

Para uma compreensão mais abrangente do contexto normativo local, foi adicionalmente consultada a normativa do Portal da Transparência do Município de Ji-Paraná, especificamente o documento 005/CGM/PGM/SEMFAZ/PMJ, datado de 14 de maio de 2008. Essa fonte essencial fornece informações detalhadas que

contribuem significativamente para embasar e enriquecer a análise sobre o processo em questão.

Dessa forma, ao incorporar as disposições dessa normativa específica, busca-se assegurar uma abordagem alinhada e atualizada, de acordo com as diretrizes normativas locais estabelecidas pelas autoridades competentes.

O embasamento para o desenvolvimento deste manual repousa sobre a Lei 13.019/2014, marco regulatório do terceiro setor, que estabelece parâmetros essenciais para as entidades, conferindo-lhes um arcabouço legal. Aprofundar-se nesse regulamento é crucial para compreender princípios e obrigações, fundamentando a elaboração do manual.

O manual foi estruturado de forma a atender às necessidades específicas das organizações do terceiro setor, considerando suas particularidades operacionais e o caráter não lucrativo de suas atividades. As seções foram delineadas de maneira lógica e sequencial, facilitando a compreensão e a implementação das diretrizes propostas.

O manual visa fornecer um guia abrangente e claro para o processo de prestação de contas, uma etapa vital no ciclo de gestão das entidades do terceiro setor. Após criação do manual, foi elaborado um fluxograma que visa apresentar os principais pontos para elaborar a prestação de contas que está no manual.

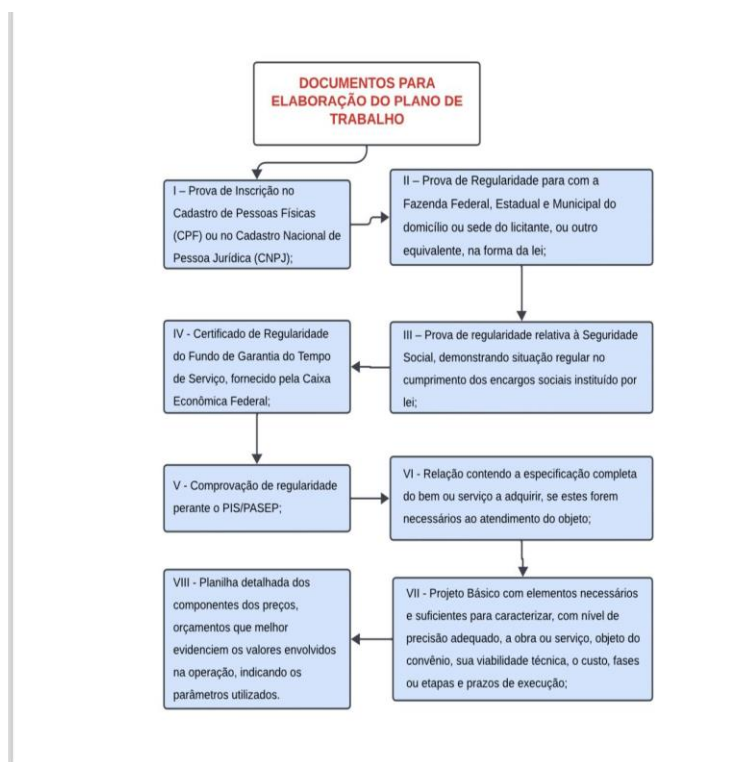
Contendo o intuito de demonstrar quais os principais documentos e o processo a ser seguido para elaborar e entregar a prestação de contas. As informações apresentadas nas seguintes figuras 1 e figura 2 foram disponibilizadas pelo Portal da Transparência do Município de Ji-Paraná na normativa 005/CGM/PGM/SEMFAZ/PMJ/2014.

Ao compreender os elementos essenciais delineados nessas figuras, os responsáveis pela prestação de contas podem seguir um caminho claro e estruturado. Isso não apenas facilita o cumprimento das exigências normativas, mas também assegura uma prestação de contas completa e precisa.

Essa normativa, emanada pelas instâncias competentes, desempenha um papel crucial na definição de diretrizes e regulamentações para a elaboração e entrega eficaz da prestação de contas e transparência e a conformidade com as regulamentações estabelecidas são fatores chave destacados na normativa, reforçando a importância de uma abordagem sistemática e alinhada aos procedimentos delineados.

A normativa foi utilizada para auxílio na criação do manual e para fornecer entendimento dos princípios que devem ser seguidos no Município para entrega da prestação de contas.

Figura 1 – Fluxograma de documentos necessário para entrega do Plano de Trabalho



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa.

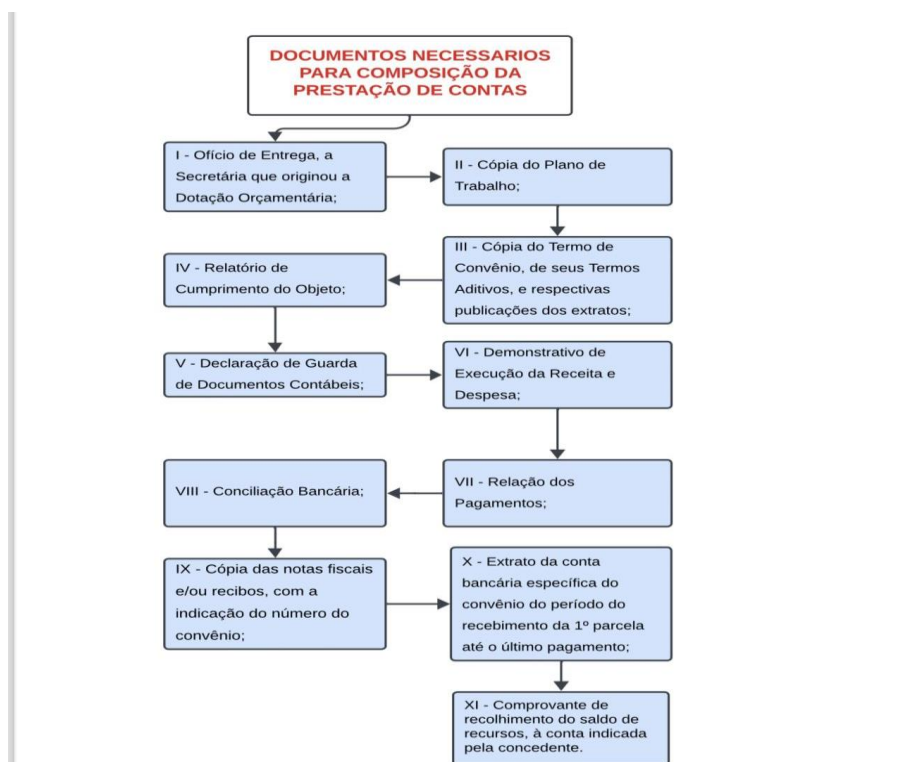
A Figura 1 apresenta os documentos essenciais para a elaboração do Plano de Trabalho e Convênio com a prefeitura. A instituição, para efetuar a prestação de contas, deve estabelecer um convênio prévio com a prefeitura para receber os recursos financeiros. Durante a formalização deste convênio, a organização é requerida a fornecer documentos que atestem sua regularidade fiscal.

Adicionalmente, é necessário apresentar o plano de trabalho, que tem o propósito de detalhar minuciosamente o projeto a ser desenvolvido e executado ao longo do ano, incluindo uma estimativa dos gastos associados a cada etapa. Ao estabelecer um padrão, busca-se promover a uniformidade e a consistência na prestação de contas entre as organizações do terceiro setor. Isso é fundamental para que as informações sejam comparáveis e compreensíveis tanto para os gestores

internos quanto para os órgãos reguladores.

Essa prática é essencial para assegurar a transparência, a conformidade e o alinhamento às normativas locais, promovendo, assim, uma gestão eficaz dos recursos disponibilizados pela prefeitura.

Figura 2 – Fluxograma de documentos necessário para composição da prestação de contas



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa.

A Figura 2, descreve quais os principais documentos que precisa para realizar a entrega da prestação de contas. É possível visualizar o sequenciamento das atividades relacionadas à prestação de contas no terceiro setor. Cada caixa representa uma etapa específica, e as setas indicam a direção do fluxo de trabalho.

O fluxograma serve como uma ferramenta visual para compreender a interconexão e a sequência lógica das atividades envolvidas na prestação de contas, contribuindo para uma gestão financeira transparente e responsável no âmbito do terceiro setor.

Dessa forma, o Manual de Prestação de Contas para o Terceiro Setor representa não apenas um guia teórico, mas uma ferramenta prática e aplicável, contribuindo significativamente para a transparência e eficiência. Cada etapa do fluxo

é crucial para garantir a conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis ao terceiro setor.

Após todo levantamento e conhecimento para a elaboração do manual, conclui-se este estudo, fica evidente que o manual estruturado não é apenas um documento formal, mas uma ferramenta dinâmica e estratégica para as entidades do terceiro setor. Sua implementação não apenas atende a exigências legais, mas promove transparência, eficiência operacional e credibilidade institucional.

A identificação que os objetivos propostos foram alcançados neste estudo é gratificante, isso demonstra que o trabalho foi bem-sucedido na elaboração do manual de prestação de contas para o Terceiro Setor, cumprindo a meta de auxiliar a instituição com as informações necessárias no processo de prestação de contas.

O destaque para a utilização de uma linguagem clara e objetiva no manual garantiu que as informações fossem facilmente compreensíveis pelos usuários contribuindo para a eficácia do processo de prestação de contas.

Essa conquista é um passo importante para aprimorar a gestão financeira e a governança das organizações do Terceiro Setor, fortalecendo sua capacidade de atender às necessidades de seus stakeholders e de promover o impacto social desejado.

Recomenda-se, portanto, a adoção contínua de boas práticas de governança e a atualização constante do manual para enfrentar os desafios emergentes, garantindo assim o fortalecimento do terceiro setor e seu impacto positivo na sociedade.

5 CONCLUSÕES

Portanto, diante da necessidade da responsabilidade na prestação de contas no terceiro setor, a elaboração do manual se mostra como uma ferramenta essencial para auxiliar a organização no processo de prestação de contas.

A análise detalhada das práticas existentes revelou lacunas e desafios enfrentados pela entidade, ressaltando a pertinência da implementação de ferramentas específicas para aprimorar esse processo.

Nesse contexto, a proposição e desenvolvimento do Manual de Prestação de Contas para o terceiro Setor emerge como uma resposta eficaz e estruturada para atender as demandas intrínsecas das entidades sem fins lucrativos. Este manual, foi

cuidadosamente elaborado com base em princípios contábeis sólidos, normas regulatórias específicas, se revela como uma ferramenta abrangente e aplicável.

Assim, conclui-se que o manual de Prestação de Contas para o Terceiro Setor, não apenas representa um guia teórico, mas como uma ferramenta prática e aplicável, promovendo a transparência, eficiência e responsabilidade na gestão financeira das organizações sem fins lucrativos.

A implementação deste manual sinaliza o comprometimento com a melhoria contínua da governança no terceiro setor, promovendo a confiança dos investidores e fortalecendo a capacidade da entidade de cumprir sua missão de impactar positivamente a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em :

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm acessado dia 28/04/2023

BRASIL, Planalto Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. Disponível em :
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm acessado em 28/04/2023.

BRASIL, Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm

BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988, Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Costin, Claudia. **Administração Pública**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152281/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml-cover-page%5D!4/2/4%4051:2>

Conceitos, seu novo conceito em dicionários. Desde 2017. Disponível em:
<https://conceitos.com/manual/> Acessado dia 27/04/2023, às 18:00 Horas.

Cunha, Paulo Ferreira D. **Teoria geral do Estado e ciência política**. Disponível em:
 Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2018. Disponível em :
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601912/pageid/0>

DECRETO-LEI Nº 9.295, DE 27 DE MAIO DE 1946. Disponível em:
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%209.295-1946?OpenDocument. Acessado em 08/06/2023 às 18:30.

GAMA , J. R. **Contabilidade Pública 1** . ed. Editora,UFES 2012. BRASIL, Disponível em:
<https://acervo.sead.ufes.br/arquivos/pdf-visualizacao-contabilidade-publica-1.pdf>
 acesso em 20/04/2023.

Gil, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição** . Disponível em:
 Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/epubcfi/6/28%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dchapter06%5D!/4>

Gil, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Grupo GEN, 2022.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 21 out. 2023.

Instrução Normativa 005/CGM/PGM/SEMFAZ/PMJP, de 14 de maio de 2008, Disponível em:
https://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=001400&extencao=PDF acessado em 20/09/2023 às 20:00 horas.

Kohama, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597006391/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dorder01%5D!/4/2/4%4051:2>. Acessado em 20/04/2023, às

18:00 horas.

Martins, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597025439/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:1> Acessado 22/04/2023 às 14:15 horas.

Marion, José C. **Contabilidade Básica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (13ª edição). Grupo GEN, 2022. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773220/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1%5D!/4/2/2%4051:2> Acessado 22/04/2023 às 14:50 horas.

PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração pública**. 3ª ed.. Elsevier Editora Ltda. Elsevier, 2010. Disponível em:

file:///Users/macpro/Downloads/Livro_de_Administracao_Publica.pdf Acessado em: 23/04/2023 às 16:15 horas.

PEREIRA, Antonio Gualberto Pereira. **Análise das Demonstrações Contábeis**, Salvador, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 2018. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553569/2/eBook%20FCCC22-%20Análise%20das%20Demonstrações%20Contábeis.pdf>

QUIRINO, Frederico Martins; ALVES, Sirlene Siqueira. **A contabilidade aplicada ao terceiro setor**. Monumenta-Revista Científica Multidisciplinar, v. 5, n. 1, p. 114-130, 2022. Disponível em:

<https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/150/80> Acessado em 15/05/2023 às 15:19 horas.

Resolução CFC N.º 1.328/11 Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em:

<https://licksassociados.com.br/wp-content/uploads/2021/07/RESOLUCAO-CFC-N.o-1.328-11.pdf> Acessado 20/04/2023 às 18:00 horas.

Silva, Moacir Marques D. **Controle Externo das Contas Públicas: O Processo nos Tribunais de Contas do Brasil**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2014.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522488926/pageid/89>

Sordi, José Osvaldo D. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa, 1ª edição..**

Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2017.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214975/pageid/0>

Acessado em 16/06/2023, às 16:00 horas.

TCU, Instrução Normativa TCU nº 84-2020, Tribunal de Contas da União, Disponível

em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-gerais-para-as-prestacoes-de-contas.htm> Acessado em 11/06/2023 às 11:00 horas.